

## **CONTRATO COMERCIAL**

Datado de 15 de abril de 2021

Entre

**ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA**

**E**

**ELO ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA**



Pelo presente instrumento, de um lado:

**ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA**, com sede na Avenida Tamboré, 267 – 15º andar – Torre Norte – Tamboré – Barueri- SP - CEP: 06460-000 , inscrita no CNPJ sob o nº 40.223.893/0001-59, classificada como Tipo de Operadora, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 31098-1, qualificada na Solicitação de Adesão e Empresarial, neste ato devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, doravante designada **OPERADORA**, bem como quaisquer outras controladas, coligadas, afiliadas, sucessoras ou cessionárias, constituídas até o momento ou que venham a ser constituídas no futuro, e que venham a exercer a atividade de operadora de planos privados de assistência à saúde; e

**ELO ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.122.792/0001-19, devidamente registrada na ANS sob nº 41842-1, na qualidade de Administradora de Benefícios, com sede na Q SCN QUADRA 4 BLOCO B - SALA 604 - ASA NORTE – CEP 70.714-020 - BRASÍLIA - DF, doravante simplesmente denominada **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS**, a qual poderá receber novos clientes através de uma **CORRETORA**.

Sendo que, conjuntamente, **OPERADORA** e **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS**, passam a ser denominadas **“Partes”** e, individualmente, **“Parte”**,

#### CONSIDERANDO QUE:

A **OPERADORA** exerce as atividades de Operadora de Plano de Assistência à Saúde – Exclusivamente Odontológica, nos termos das normas e legislação em vigor, devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e mantendo registro de produtos coletivos por adesão e coletivo empresarial na ANS, podendo ainda registrar novos produtos, ou famílias de produtos, nesta modalidade de contratação, com abrangência nacional ou regional;

A **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS** exerce as atividades de Administradora de Benefícios, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 196/2009, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 41842-1, prestando serviços para Pessoas Jurídicas contratantes de planos privados de assistência à saúde coletivos por adesão e coletivo empresarial, doravante denominadas simplesmente como **“Clientes da Administradora”**, ou propondo a contratação de plano coletivo na condição de estipulante dos contratos de planos de assistência à saúde, coletivos por adesão e coletivo empresarial, celebrados junto a Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, cuja oferta dos produtos é feita às pessoas físicas vinculadas às Pessoas Jurídicas relacionadas nos arts. 5º e 9º da Resolução Normativa ANS nº 195/2009 (**“denominados de Beneficiários, Associados e/ou Filiados”**), e seu grupo familiar, e conveniadas à **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS**.

A **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS** mantém, atualmente, convênio com seus clientes, para prestação de serviços de Administradora de Benefícios, nos termos do art. 2º, da RN/ANS nº 196/2009, cumulado com o inc. III, do art. 23, da RN/ANS nº 195/2009, propondo a contratação de planos de assistência à saúde coletivos por adesão e coletivos empresarial (**“Convênio”**);

DS DS DS DS DS  


A CORRETORA tem interesse em incrementar suas vendas no segmento de planos de assistência à saúde coletivos por adesão e coletivos empresarial com a participação de Administradora de Benefícios, e que a **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS** detém expertise nesse ramo de atuação, atuando na forma do inc. III, do art. 23, da RN/ANS nº 195/2009, as **PARTES** têm interesse em formalizar este Contrato Comercial e Operacional com o objetivo de estabelecer as regras comerciais e operacionais aplicáveis aos contratos de planos de assistência à saúde coletivos por adesão e coletivos empresarial, doravante denominados simplesmente como “**Produtos**”, que será celebrado com a **OPERADORA**, bem como quaisquer outras controladas, coligadas, afiliadas, sucessoras ou cessionárias, constituídas até o momento ou que venham a ser constituídas no futuro para exercer a atividade de operadora de planos privados de assistência à saúde do grupo empresarial.

As **Partes** firmam o presente **CONTRATO COMERCIAL**, doravante denominado simplesmente como “**Contrato**”, mediante as cláusulas e condições a seguir, que mútua e reciprocamente aceitam e subscrevem:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES:

1.1. Sempre que referidos neste Contrato ou em seus Anexos, os termos e expressões iniciados em letra maiúscula, no plural ou no singular, terão os significados indicados abaixo.

- “**Ações de Marketing e Prospeção**” significam as promoções realizadas pela **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS** visando a angariação de negócios;
- “**Administradora de Benefícios**” significa a empresa que atua na forma prevista no *caput* do art. 2º, da RN/ANS nº 196/2009;
- “**Angariação**” significa a remuneração devida à **CORRETORA** de Seguros pelos atos formais necessários para inclusão dos novos **Beneficiários** nos Planos de Assistência à Saúde comercializados;
- “**Anexo**” significa os documentos que passam a fazer parte integrante deste **Contrato**;
- “**ANS**” significa Agência Nacional de Saúde Suplementar, agência federal fiscalizadora do setor de planos privados de assistência à saúde;
- “**Associado**” significa a pessoa física vinculada ao **Cliente da Administradora** na forma do art. 9º da RN 195 de 14 de julho de 2009 da ANS.
- “**Beneficiário Titular**” significa a pessoa física que adere aos **Produtos** comercializados com base neste **Contrato**, vinculado aos **Cientes da Administradora**;
- “**Beneficiários**” significa o conjunto de **Beneficiários Titulares** e seu respectivo **Grupo Familiar**;
- “**Cientes da Administradora**” significa a pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial, conforme definido no art. 9º, da Resolução Normativa ANS nº 195, de 14 de julho de 2009 e pessoa jurídica que contrata plano privado coletivo de assistência à saúde, na forma do art. 5º, da Resolução Normativa ANS nº 195, de 14 de julho de 2009.
- “**Comissionamento**” significa a remuneração devida à Corretora de Seguros, pela intermediação dos Planos de Assistência à Saúde comercializados;

- “**Confidencialidade**” significa a obrigação que têm as **PARTES** de manter sigilosas informações sobre este **Contrato**, seus **Anexos** e contratos acessórios;
- “**Contraprestação Pecuniária**” significa a soma do montante pago pelo contratante do plano odontológico a uma operadora, para garantir a cobertura continuada dos custos assistenciais mais a taxa de administração pela prestação de serviços por parte da Administradora;
- “**Contrato Coletivo por Adesão**” significa contrato de Plano privado de assistência à saúde coletivo por adesão proposto pela **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS** na condição de ESTIPULANTE para a cobertura de atenção a população que mantenha vínculo com pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial perante cada Operadora na qualidade de SUBESTIPULANTE, proposto pela Administradora;
- “**Contrato Coletivo Empresarial**” significa contrato de Plano privado de assistência à saúde coletivo empresarial proposto pela **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS** na condição de ESTIPULANTE para a cobertura de atenção a população que mantenha vínculo com pessoas jurídicas por relação empregatícia ou estatutária.
- “**Corretora**” significa a pessoa jurídica que realiza a angariação ou a intermediação de planos privados de assistência à saúde vinculada juridicamente a **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS**;
- “**Funcionários**” significa a pessoa física vinculada à Empresa contratante.
- “**Grupo Familiar**” significa a(s) pessoa(s) física indicada(s) pelo **Beneficiário Titular** para ingressar no **Contrato Coletivo por Adesão ou Coletivo Empresarial**, e que com ele mantenha uma situação de dependência admitida na **no Contrato**;
- “**Planos**” significam os diferentes padrões de cobertura de assistência à saúde, previstos nos **Contratos Coletivos por Adesão e Coletivo Empresarial**, para escolha por parte dos **Beneficiários**;
- “**Prêmio**” significa o valor pago pela **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS** para a **OPERADORA**, por conta e ordem dos **Beneficiários**, com base nos valores definidos em aditivo, pelo custeio da cobertura assistencial prevista em contrato;
- “**Produtos**” significa o conjunto de planos de assistência à saúde coletivos por adesão ou empresarial, ofertados nos **Contratos Coletivos por Adesão e Coletivo Empresarial**;
- “**Proponente Titular**” significa o **Associado e/ou Filiado e Funcionário** que propõe a adesão ao **Contrato Coletivo por Adesão ou Contrato Coletivo Empresarial**;
- “**Proponentes**” significa o **Associado e/ou Filiado e Funcionário** e seu grupo familiar, nos termos da legislação vigente;
- “**Proposta de Adesão** ou **Contrato de Adesão**” significa a proposta firmada pelo **Proponente Titular**, solicitando sua aceitação ao **Contrato Coletivo por Adesão ou Contrato Coletivo Empresarial**;
- “**Tabela de Vendas**” significa a resultante da soma do **Prêmio** e da **Taxa de Administração**;
- “**Taxa de Administração**” significa a remuneração devida à **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS** pelos **Beneficiários**, em razão dos serviços prestados no âmbito dos **Convênios** celebrados com os **Clientes da Administradora**.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

- 2.1. O presente Contrato tem por objeto regular a contratação pela OPERADORA, a administração pela ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS e a comercialização pela CORRETORA em Contratos Coletivos por Adesão e Contratos Coletivo Empresarial, mediante a oferta dos Produtos pela OPERADORA, figurando a primeira como Contratada, a segunda como Administradora de Benefícios, na condição de Estipulante, e a terceira como Corretora, bem como estabelecer regras comerciais entre as Partes.
- 2.2. Os Produtos serão oferecidos aos Associados e/ou Filiados e Funcionários (e aos seus grupos familiares) vinculados aos Clientes da Administradora, que possuam elegibilidade de acordo com os arts. 5º e 9º da RN 195, de 14 de julho de 2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRÊMIO:

- 3.1. O Prêmio dos Produtos ofertados pela OPERADORA e administrados pela ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS serão aqueles definidos em aditivo contratual a ser assinado pelas partes, onde são indicados os respectivos números de registro na ANS de cada Plano e a região geográfica de comercialização.
- 3.2. Os Produtos sofrerão os seguintes reajustes:
- (i) Reajuste financeiro, cujo cálculo será destacado no Contrato Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial;
  - (ii) Reajuste Técnico, cujo percentual somente será aplicado caso o índice de sinistralidade do contrato, apurada na data de aniversário de cada contrato, seja superior a 60% (sessenta por cento). A aplicação dos reajustes terá por objetivo garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos Coletivos por Adesão e Coletivo Empresarial.
- 3.2.1. Fica definido como data-base para fins de reajuste anual (financeiro e sinistralidade) impreterivelmente o mês da celebração de cada contrato, de cada ano para os Contratos Coletivos por Adesão e Coletivos Empresarial celebrados com a ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS.
- 3.3. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS se compromete a dar ciência aos Clientes da Administradora e aos Beneficiários Titulares das condições do Contrato Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial, por meio da Proposta de Adesão e Condições Gerais do Plano Coletivo Empresarial e do Manual do Beneficiário, que traz os esclarecimentos sobre os aspectos relativos à utilização e manutenção do Plano e os direitos e obrigações dos Beneficiários e das Partes. Da mesma forma, deverá comunicar previamente aos Clientes da Administradora e aos Beneficiários Titulares, os reajustes aplicados aos Produtos.



3.3.1. As Condições Gerais e Especiais do Plano Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial, bem como Manual do beneficiário, emitidos pela ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS para os Clientes da Administradora, não poderá conter cobertura de procedimentos e/ou qualquer outra condição comercial fora dos limites definidos nas Condições Gerais de Plano Coletivo por Adesão e Empresarial registrada em cartório pela OPERADORA, de acordo com o anexo III deste contrato.

3.4. O ingresso de novos Clientes da Administradora poderá ocorrer nos Contratos Coletivos por Adesão e Coletivos Empresarial em vigor, devendo ser respeitados o mesmo Prêmio (definido em aditivo contratual) e seus reajustes, bem como a periodicidade de sua aplicação, na forma estabelecida pela ANS.

3.4.1. Fica ajustado entre as Partes que a oferta de outros Produtos, em Estados onde exista rede credenciada, o Clientes da Administradora dependerá de prévia e expressa autorização da OPERADORA.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA ARRECADAÇÃO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA JUNTO AOS BENEFICIÁRIOS TITULARES E DO PAGAMENTO DAS FATURAS:**

4.1. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS, nos termos do que dispõe o inc. V, do Parágrafo único, do art. 2º, da RN/ANS nº 196/2009, cumulado com o art. 14, da RN/ANS nº 195/2009, ficará responsável pela arrecadação da Contraprestação Pecuniária, devida por seus clientes, diretamente aos mesmos. Esta Contraprestação Pecuniária será a resultante da soma dos valores constantes nos aditivos contratuais, acrescidos da Taxa de Administração.

4.2. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS será a responsável pelo pagamento das faturas emitidas pelo OPERADORA, referentes aos Prêmios dos Produtos, os quais serão reajustados anualmente em decorrência das cláusulas de Reajustes, definidas nos Contratos Coletivos por Adesão ou Coletivos Empresarial, ou pela menor periodicidade permitida em lei, responsabilizando-se pela aplicação do reajuste da Contraprestação Pecuniária cobrada de seus clientes com base nos índices aferidos nas citadas cláusulas, bem como assumindo o risco de eventual inadimplência dos seus clientes, inclusive com a constituição de ativos garantidores perante a ANS, na forma prevista na Instrução Normativa ANS nº 33/2009.

DS DS DS DS DS  
DDD EG Janda WEB BTI

4.2.1. Sem prejuízo da defesa de seus respectivos interesses, as Partes deverão respeitar eventual decisão proferida por autoridade judicial ou administrativa que impeça a aplicação de reajuste ou altere o percentual de reajuste a ser aplicado, refletindo-se tal determinação no Prêmio e na Contraprestação Pecuniária. Na hipótese de eventual decisão judicial envolver quantidade significativa de Beneficiários que possa ocasionar desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial e comprometer sua continuidade, as Partes se comprometem em renegociar as condições comerciais vigentes, mediante aditivo a este Contrato. Independentemente da renegociação referida, fica assegurado às Partes, em comum acordo, o direito de suspender a comercialização para adesão de novos Beneficiários ao Contrato Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial em desequilíbrio econômico-financeiro ocasionado por decisão judicial.

4.3. As faturas emitidas pela OPERADORA deverão ser discriminadas por Clientes da Administradora, podendo, a pedido da ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS, serem agrupadas.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO:

5.1. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS, na condição de Estipulante dos Contratos Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial comercializados com base neste Contrato, é quem está investida de poderes para a nomeação da Corretora responsável pela comercialização dos Produtos, ficando, desde já, ajustado entre as Partes, que as condições e carregamentos máximos comerciais de Agenciamento e Comissionamento, definidos através de aditivo contratual assinado entre as partes, serão calculados sobre os valores dos Planos (líquida de tributos) e pagos diretamente pela OPERADORA à CORRETORA DE SEGUROS, nomeada.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS AÇÕES DE MARKETING E PROSPECÇÃO:

6.1. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS ficará responsável pelo custeio dos investimentos de marketing, data base, mala direta e demais ações comerciais voltadas à prospecção de Clientes da Administradora e seus Beneficiários, devendo qualquer material ser submetido à aprovação da OPERADORA antes de sua divulgação.

6.2. As Partes reconhecem que os nomes comerciais, marcas registradas, marcas de serviços e produtos, logotipos, nome empresarial, demais sinais distintivos e outras expressões de identificação de qualquer Parte (“Marca”) não poderão ser utilizados pelas demais sem o prévio consentimento da Parte titular das respectivas Marcas. Nenhuma das Partes poderá fazer publicidade em nome da outra ou de seus produtos e serviços ou editar qualquer material promocional relativo aos Produtos, sem o prévio consentimento da outra Parte.

DS  
DDD

DS  
EG

DS  
Janaína

DS  
BTT

6.3. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS, se compromete por arcar com as despesas de produção de todo o material de comercialização dos Produtos, e adesão dos Proponentes, devendo o conteúdo ser aprovado pela OPERADORA.

6.3.1. Sem prejuízo ao disposto acima, fica assegurado a OPERADORA o direito de promover publicidade ou campanha de incentivo para a comercialização dos seus Produtos, sem que isto prejudique as ações comerciais da ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS e CORRETORA.

6.4. A OPERADORA se compromete pela produção das carteirinhas de identificação dos Beneficiários, que deverão ser entregues aos Beneficiários. A responsabilidade da entrega será definida de forma pontual de acordo com a sinopse preenchida.

6.5. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS deverá promover ações comerciais diretamente com cada canal de vendas da CORRETORA e se compromete a enviar nos prazos comerciais definidos os arquivos para inclusão e exclusão de beneficiários de forma segregada e independente.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS BENEFICIÁRIOS DOS PLANOS:**

7.1. As Partes se comprometem a prestar uma à outra, no prazo de 48 horas, todas as informações e documentos que tenham sido exigidos a uma das Partes pelas autoridades públicas, sejam elas administrativas ou judiciais, e que sejam de exclusivo conhecimento, titularidade ou estejam unicamente em poder da outra Parte, sob pena de serem responsabilizadas integralmente por eventual dano causado em razão da omissão dessas informações.

7.2. As Partes obrigam-se também a exigir e comprovar os requisitos de elegibilidade dos Clientes da Administradora e de seus Beneficiários, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 195/2009, e posteriores alterações.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS:**

8.1. As Partes se comprometem a assumir os ônus e responsabilidades pelos atos praticados comprovadamente com culpa, desde que estejam diretamente ligados a sua intrínseca atividade e assim entendida pelas normas regulamentares editadas pela Agência Nacional de Saúde.

8.2. Caberá à Administradora receber e conferir a documentação obrigatória de elegibilidade, bem como cadastrar previamente a(s) proposta(s) de adesão do(s) beneficiário(s) em estrita observância a normativa vigente, disponibilizando a Operadora a validação de elegibilidade, também, em conformidade com o disposto no §4º, artigo 9º, da Resolução Normativa Nº 195/2009 editada pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.



- 8.2.1. As movimentações cadastrais serão enviadas para a OPERADORA de acordo com o calendário mensal acordado entre as Partes (Anexo II), excetuando-se a esta regra a ocorrência de indisponibilidade do Web Empresas, hipótese em que a ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS deverá comunicar expressamente tal fato à OPERADORA, o que possibilitará que as partes estabeleçam um novo prazo de envio ou nova forma de movimentação (excepcionalmente).
- 8.2.2. Caso a proposta não tenha sido aceita, nos limites da legislação vigente da ANS, pela OPERADORA, esta deverá isentar a ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS de qualquer responsabilidade.
- 8.2.3. Se a proposta dos Clientes da Administradora, não elegíveis de acordo com as normas da ANS for aceita pela ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS sem o consentimento da OPERADORA, a ADMINISTRADORA será exclusivamente responsável por eventuais custos que ocorram em razão da emissão da proposta, sejam relativos aos contratantes ou perante a ANS.
- 8.2.4. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS se responsabilizará pelo pagamento das faturas mensais emitidas pela OPERADORA nos respectivos vencimentos acordados.
- 8.2.5. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS realizará a movimentação cadastral dos beneficiários, tais como: inclusão, exclusão, cancelamento e suspensão do plano dos beneficiários através do sistema da OPERADORA e de forma excepcional em caso de indisponibilidade deste, acatando a OPERADORA as movimentações cadastrais informadas pela ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS, desde que as mesmas tenham sido processadas na forma e condições estabelecidas no contrato. Eventual recusa injustificada pela OPERADORA em processar as movimentações cadastrais lhe acarretará exclusiva responsabilidade perante o beneficiário.
- 8.2.5.1. Qualquer inclusão e/ou alteração cadastral dos beneficiários deverão seguir as normas do órgão regulador ANS, mantendo todos os dados atualizados para cumprimento das exigências legais.
- 8.2.6. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS ficará responsável em arquivar as propostas, comprovação de vínculo/associação e todos os demais documentos que acompanham a movimentação cadastral do beneficiário, no prazo previsto na legislação vigente.
- 8.2.7. Em caso de cancelamento de contrato por inadimplência, realizado na forma exigida na legislação da ANS, se o pagamento comprovadamente não tiver sido efetuado, a ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS irá alegar que houve inadimplemento e por isto o contrato foi cancelado.

- 8.2.8. Na hipótese de comprovado cancelamento indevido caberá à ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS a responsabilidade quanto ao ressarcimento à OPERADORA por eventuais perdas e danos sofridos, seja na esfera administrativa ou judicial.
- 8.2.9. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS responderá pelo não envio, pela ausência ou demora da confecção da carteira para a utilização do plano de saúde pelo beneficiário, quando esta responsabilidade lhe for atribuída em contrato.
- 8.2.10. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS será responsável pelo pagamento das faturas mensais emitidas pela OPERADORA, em decorrência dos contratos de Plano de Saúde firmados entre ela e o Sub Estipulante, assumindo eventuais ônus por atos vinculados a gestão na cobrança executada por ela diretamente, desde que comprovada a culpa.
- 8.2.11. As Partes, OPERADORA e ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS deverão acatar as decisões judiciais que determinem alterações nos valores, bem como as demais obrigações de fazer, como, por exemplo, inclusão de beneficiário, entre outras, mantendo-se assegurado às partes o direito de defesa e de recursos na esfera judicial.
- 8.2.12. A OPERADORA será a única responsável pelas recusas de cobertura, de custeio de atendimento, de pedidos de reembolso de despesas odontológicas, procedimentos fora do Rol de Coberturas editado pela ANS, bem como pelas liminares para cobertura de custos de procedimentos aos beneficiários em cumprimento de carência contratual, devendo isentar a ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS, bem como ressarcir-la por eventuais perdas e danos sofridos em decorrência destes atos e fatos, com exceção dos beneficiários que não constarem na base enviada pela ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS.
- 8.2.12.1. No caso de pedidos de reembolso de despesas odontológicas a OPERADORA não se responsabilizará nos casos em que a ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS não fornecer a documentação completa para tal, bem como não orientar o beneficiário adequadamente.
- 8.2.12.2. A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS será responsável por qualquer dano causado a OPERADORA em razão do não cumprimento do disposto no item 3.3.1 deste contrato, bem como por qualquer dano decorrente da oferta de condições fora dos limites do Produto da OPERADORA, seja este em âmbito administrativo ou judicial.
- 8.2.13. Não se estabelecerá entre as Partes, por força deste instrumento, qualquer vínculo de emprego, ou entre os sócios, empregados, prepostos ou subcontratados, permanecendo as partes livres de qualquer responsabilidade ou obrigação trabalhista ou previdenciária, direta ou indireta, com relação à outra e aos sócios, empregados, prepostos ou subcontratados destas.

8.2.14. Caso quaisquer das partes venham a ser acionadas, em juízo ou fora dele, por preposto, funcionário, autônomo ou qualquer terceiro que tenha prestado serviço para à outra parte, a responsável pela obrigação deverá assumir as responsabilidades por tal contratação em lugar da parte inocente, sendo certo que se esta última tiver que arcar com quaisquer custos e honorários desta natureza, ficará a parte culpada, desde que devidamente comprovada, obrigada a ressarcir a outra por todos os prejuízos causados, inclusive, através da retenção de valores.

8.3. Sem prejuízo das demais disposições, as Partes se comprometem a fornecer todas as informações e documentos de que tenham conhecimento e/ou posse, e que sejam necessários aos esclarecimentos aos órgãos públicos e/ou a elaboração de defesa em processos judiciais e demandas administrativas promovidas por Beneficiários ou terceiros, cujo objeto esteja relacionado aos Planos comercializados com base neste Contrato, sob pena, de não o fazendo, responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos decorrentes do inadimplemento dessa obrigação.

8.3.1. As informações constantes na cláusula acima deverão ser fornecidas, pela parte que a detenha à outra, em até 1/3 (um terço) do prazo concedido pela autoridade solicitante, sob pena, de caracterizar-se o inadimplemento da obrigação.

8.3.2. As Partes obrigam-se a ressarcir de imediato a outra Parte na hipótese desta ser compelida, judicial ou extrajudicialmente, a efetuar qualquer pagamento ou recolhimento de responsabilidade daquela outra Parte, por força de lei, deste Contrato ou de seus instrumentos acessórios.

8.4. Qualquer tolerância das partes em relação ao não exercício das cláusulas e condições do presente instrumento, ou mesmo o retardamento da exigibilidade de direitos, não importará em precedente, novação ou alteração, cujos termos continuarão exigíveis a qualquer tempo.

8.5. As obrigações previstas nesta cláusula sobreviverão ao término da parceria ora convencionada, enquanto houver processos judiciais e demandas administrativas relacionadas aos Planos comercializados com base neste Contrato.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, RESILIÇÃO, PENALIDADES E RESCISÃO:**

9.1. O presente CONTRATO terá início na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo do(s) Contrato(s) Coletivo(s) por Adesão e Coletivo (s) Empresarial.

9.1.1. A rescisão imotivada, antes de decorrido o prazo mínimo que será de 12 (doze) meses de vigência, incidirá no pagamento de multa, pela parte infratora, no valor de 50% das parcelas vincendas, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a rescisão imotivada.

9.2. Este Contrato poderá ser rescindido de imediato, e sem qualquer aviso, nas seguintes hipóteses:

DS DS DS DS DS  
    

- Se qualquer das **Partes** falir, requerer recuperação judicial ou iniciar procedimentos de recuperação extrajudicial, ou tiver sua falência ou liquidação requerida; e
- Se qualquer das **Partes** tiver cassada sua autorização para operação nas atividades objeto deste **Contrato**.

**9.3.** Após 12 (doze) meses este contrato poderá ser resilido por qualquer das partes, ou resilido de forma bilateral (distrato), desde que haja comunicação expressa com a devida motivação, com antecedência de 60 (sessenta) dias da parte denunciante à parte denunciada.

**9.4.** A rescisão sem justa causa, por ser uma faculdade concedida a ambas as Partes, não dará ensejo a qualquer indenização por perdas e danos, lucros cessantes, multas, ressarcimentos, enfim, a rescisão de que trata esta cláusula não dará ensejo a qualquer espécie de recuperação, com Exceção de débitos oriundos do descumprimento da cláusula 8ª (oitava).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO ADITIVO OPERACIONAL:**

**10.1.** A cada Contrato Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial celebrado com condições diferentes das já aqui determinadas e com o consentimento das Partes, será ajustado um Aditivo de qualificação, que deverá regular todas as demais condições operacionais entre as Partes, aqui não previstas.

**10.2.** A forma de ingresso dos Clientes da Administradora e as regras de aceitação dos Beneficiários Titulares e Beneficiários Dependentes, serão aquelas definidas no Contrato Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial, de comum acordo entre as Partes, observadas as normas e legislação em vigor.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**11.1.** Autonomia de Disposições. Se qualquer termo, compromisso, condição ou disposição deste Contrato for considerado ilegal, inválido ou inexecutável, nos termos de qualquer lei atual ou futura ou por qualquer outro motivo, os termos, compromissos, condições ou disposições remanescentes deste Contrato permanecerão em pleno vigor e não serão afetados pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável ou por sua supressão.

**11.2.** Alterações. Este Contrato somente poderá ser alterado mediante instrumento escrito assinado pelas Partes ora contratantes.

**11.3.** Renúncia. Nenhuma renúncia por qualquer Parte de qualquer termo ou condição deste Contrato, em uma ou mais ocasiões, será havida por renúncia do mesmo termo ou condição deste Contrato ou de qualquer outro termo ou condição em qualquer ocasião futura.

DS DS DS DS DS  


- 11.4. Natureza Vinculativa; Cessão. Este Contrato, seus termos, avenças, condições, disposições, obrigações, compromissos, direitos e benefícios, inclusive os Anexos, vincularão e aproveitarão as Partes e seus respectivos sucessores (por força de lei ou por outra forma) e cessionários autorizados, ficando estabelecido, contudo, que nem este Contrato, nem quaisquer dos direitos, interesses ou obrigações aqui previstos serão cedidos por qualquer Parte sem o prévio consentimento escrito das outras partes, exceção feita às Afiliadas das Partes, desde que a Parte que for ceder este Contrato comunique previamente à outra Parte, e esta não se oponha justificadamente à cessão para a Afiliada no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da notificação.
- 11.5. Tolerância. A tolerância de uma das Partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra Parte não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.
- 11.6. Referências à legislação. Referências feitas no presente instrumento a dispositivos legais e regulamentares compreendem todas e quaisquer alterações dos dispositivos objeto da referência até a data de assinatura do presente instrumento.
- 11.7. As Partes declaram e garantem mutuamente, inclusive perante fornecedores de bens e serviços que:
- Exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável e que detém as aprovações necessárias à celebração deste **Contrato**, e ao cumprimento das obrigações nele previstas;
  - Não utilizam de trabalho ilegal e comprometem-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo ou de mão de obra infantil, salvo este último na condição de aprendiz, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, seja direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos e serviços;
  - Não empregam menor até 18 (dezoito) anos, inclusive menor aprendiz em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre às 22:00 hs e 5:00 hs;
  - Não utilizam práticas de discriminação negativa e limitativas ao acesso na relação de emprego ou à sua manutenção, tais como, mas não se limitando a: motivos de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;
  - Comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e



administrativos relativos à área ambiental e correlatas, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONFIDENCIALIDADE:

- 12.1. As Partes manterão em absoluta confidencialidade toda informação constante deste Contrato, assim como de quaisquer instrumentos relacionados à Parceria, durante a vigência deste Contrato e nos 5 (cinco) anos subsequentes ao seu término. A Confidencialidade abrange quaisquer informações estratégicas, negociais, financeiras, administrativas, legais ou de qualquer natureza que seja direta ou indiretamente decorrente deste Contrato ou de quaisquer outros instrumentos relacionados à Parceria, exceto informações que já eram comprovadamente de conhecimento das Partes ou aquelas informações de caráter comprovadamente público. Caso qualquer das Partes venha a ser obrigada por lei, por regulamento ou por solicitação de qualquer autoridade governamental a divulgar parte ou a totalidade das informações confidenciais, essa Parte estará autorizada a divulgar referidas Informações desde que envie prontamente à outra Parte aviso por escrito, se possível com prazo suficiente para permitir a esta requerer eventuais medidas ou recursos apropriados. A Parte revelará tão somente as informações que forem legalmente exigíveis e empreenderá seus melhores esforços para obter tratamento confidencial para quaisquer informações confidenciais que foram assim reveladas. Qualquer comunicação ao mercado sobre a Parceria será aprovada conjuntamente pelas Partes.
- 12.2. As informações exigidas ordinariamente por órgão regulamentador e fiscalizador de assistência à saúde podem ser transmitidas pelas Partes sem anuência ou necessidade de notificação à outra.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LEI APLICÁVEL E FORO DE ELEIÇÃO:

- 13.1. *Lei Aplicável.* Este Contrato é regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
- 13.2. *Resolução de Controvérsias.* Quaisquer litígios ou controvérsias decorrentes de ou relativos a este Contrato deverão ser notificados por uma Parte à outra e as Partes envidarão seus melhores esforços para dirimi-los de modo amigável por meio de negociações diretas mantidas de boa-fé, em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos contados da data do recebimento da notificação aqui mencionada.
- 13.2.1. Na hipótese dos esforços acima mencionados não surtirem os efeitos esperados em relação à composição amigável, as Partes elegem o foro da Comarca da São Paulo.

DS DS DS DS DS  


- 13.3. As Partes acordam que todas as despesas, bem como os ônus tributários, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, necessários e/ou decorrentes da prestação de serviços pela PARCERIA objeto deste INSTRUMENTO, ficarão a seu cargo, inclusive na relação da mesma com seus funcionários e prepostos.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:**

- 14.1. Deverão as PARTES cumprir as regras de preservação e proteção de dados constantes da Lei n. 13.709/2018 e outras normas nacionais vigentes, principalmente no que diz respeito à obtenção do consentimento do titular a quem se referem os dados pessoais objeto de tratamento, bem como à observância da boa-fé e dos princípios previstos na lei, ficando desde já acordado que cada PARTE será responsável perante a CONTRAPARTE e perante terceiros pelos danos, perdas e prejuízos gerados pela não observância ou descumprimento dos preceitos da referida Lei, assegurado o direito de regresso da parte inocente.
- 14.2. As PARTES poderão celebrar Termo Aditivo para tratar de regras contratuais específicas atinentes à proteção e preservação de dados.

DS DS DS DS DS  
DDD EG [assinatura] [assinatura] BTI

Fica, expressamente, vedada à **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS** a distribuição de propaganda na forma de panfletagem, nas vias públicas, salvo por autorização expressa da **OPERADORA**, bem como pelo órgão competente. Caso seja descumprida tal exigência e em ocorrendo qualquer tipo de autuação em face da **OPERADORA** e /ou de seus clientes, estará a **ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS** obrigada a ressarcir a este(s) os valores eventualmente despendidos, devidamente corrigidos, bem como a indenizá-los pelas perdas e danos havidos.

E por estarem justas e acordadas firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Barueri, 15 de abril de 2021.

DocuSigned by:  
*Dominique Jean Daniel Dieuzaide*  
EA99BE4884A8402...

DocuSigned by:  
*Evandro Gonçalves*  
2FEB64360B7B46C...

---

**ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA.**

DocuSigned by:  
*Antônio Sô*  
0026C95746F143C...

---

**ELO ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA**

Testemunhas:

DocuSigned by:  
*Vivian Carolina Borges*  
4526F50D4AEB40A...

---

Nome: Vivian Carolina Borges  
CPF/MF: 105.820.838-18

DocuSigned by:  
*Bernardete Telles Teixeira*  
74F331467684459...

---

Nome:  
CPF/MF:

## ANEXO I

### 1. COMERCIALIZAÇÃO ENTRE ADMINISTRADORA E PESSOA JURIDICA CONTRATANTE

- 1.1. O **Cliente da Administradora** assina o Termo de Adesão e Condições do Plano Odontológico, devendo estes serem emitidos e arquivados pela Administradora e deverão ser disponibilizados para a Operadora quando esta solicitar.

### 2. PRAZOS DE IMPLANTAÇÃO

- 2.1. O Cliente da Administradora deve entregar a documentação na Administradora para triagem e envio para a Operadora. A data máxima para envio dos documentos é até dia 15, para vigência no mês subsequente.
- 2.2. A Operadora inicia o processo de implantação com prazo máximo de 5 dias após a entrega da documentação
- 2.2.1. A Operadora irá validar a documentação e pode devolver para a Administradora em caso de ausência ou erro nos documentos enviados para análise da elegibilidade.

### 3. RELACIONAMENTO COM O CLIENTE PÓS IMPLANTAÇÃO

- 3.1. A Administradora faz o relacionamento com o Cliente da Administradora sobre assuntos de cobrança, faturamento, movimentação, reembolso e cancelamento do plano.
- 3.2. A Operadora faz o relacionamento com a Administradora para duvidas referente a Rede credenciada, liberação e bloqueio de atendimento e quaisquer outros assuntos da operação entre as partes.
- 3.3. A Central de Atendimento da Operadora faz o relacionamento com o Beneficiário.

### 4. COMUNICAÇÃO PÓS IMPLANTAÇÃO

- 4.1. A Administradora enviará ao Cliente da Administradora um e-mail de boas-vindas, com informação de seu telefone 0800, data de vencimento da fatura e outras orientações.

DS DS DS DS DS  
DDD EG Jandara BTT

## ANEXO II

### Relação de planos disponíveis para comercialização

- Planos para contrato Coletivo Empresarial

Nome Comercial Do Plano	Nome de Registro Do Plano	Registro na ANS
SIGMA	SIGMA CE LE CP	469.193/13-8
BETA	BETA CE LE CP	469.192/13-0
ALFA	ALFA CE LE CP	469.191/13-1
ALFA ORTO	ALFA ORTO CE LE CP	469.190/13-3
ALFA PRO	ALFA PRO CE LE CP	466.292/12-0
DELTA	DELTA I CE LE CP I	469.189/13-0

- Planos para contrato Coletivo por Adesão

Nome Comercial Do Plano	Nome de Registro Do Plano	Registro na ANS
SIGMA	SIGMA CA LE CP	469.187/13-3
BETA	BETA CA LE CP	469.186/13-5
ALFA	ALFA CA LE CP	469.185/13-7
ALFA ORTO	ALFA ORTO CA LE CP	469.184/13-9
ALFA PRO	ALFA PRO CA LE CP	469.182/13-2
DELTA	DELTA CA LE CP I	469.181/13-4



### ANEXO III

1. O conteúdo das Condições Gerais do Planos Coletivo Empresarial e Coletivo por Adesão está disponível em cartório, conforme abaixo:
  - **Condições Gerais do Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Odontológica Coletivo por Adesão, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, Título e Documento e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Barueri SP, sob número 1039765**
  - **Condições Gerais do Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Odontológica Coletivo Empresarial, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, Título e Documento e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Barueri SP, sob número 1039766.**
2. As informações adicionais as Condições Gerais dos Planos são inseridas através de Anexo a esta, denominado Condições Especiais.